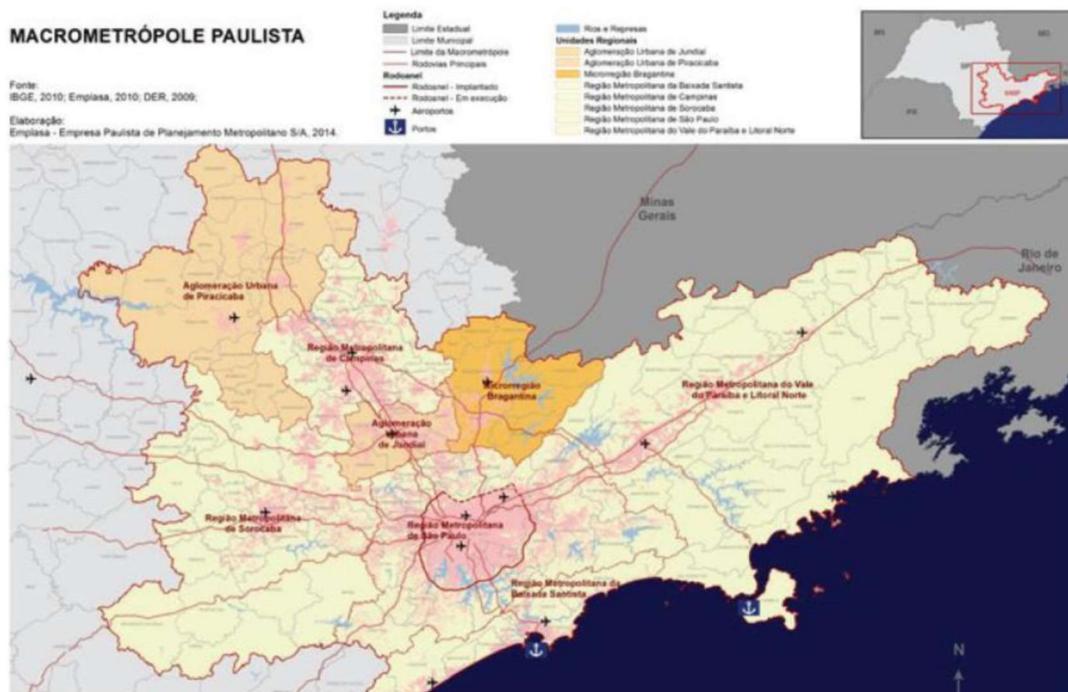


## LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO REGIONAL

### Macrometrópole Paulista – MMP

O município de Santos insere-se juntamente com a Região Metropolitana da Baixada Santista na mais importante rede de cidades do país que integram a Macrometrópole Paulista. Esta macrometrópole envolve um campo aglomerativo que se estende por cerca de 150 km da capital paulista, resultante do espraiamento da descentralização industrial iniciado na década de 1970.

Figura 1 – Macrometrópole Paulista



Fonte: PAM 2013-2014, EMPLASA.

Reúne um complexo de metrópoles localizadas ao redor da Grande São Paulo que abrigam um espaço econômico contemporâneo ao processo de globalização. Inserem-se nesse espaço além da Região Metropolitana de São Paulo e da Região Metropolitana da Baixada Santista, as regiões metropolitanas de Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Ribeirão Preto. Incluem-se ainda os aglomerados urbanos de Piracicaba e Jundiaí, perfazendo um total de 174 municípios.

Embora represente 50% da área urbanizada do estado de São Paulo, a Macrometrópole Paulista é uma região de alta complexidade e dinamismo que ainda abriga áreas de patrimônio natural preservado, importantes ativos ambientais, com destaque para as serras do Mar e da Cantareira.

A população dessa macrometrópole, estimada em cerca de 33 milhões de habitantes (IBGE/2017), representa 75% da população do estado de São Paulo. Por sua

vez, a concentração econômica é ainda maior que a populacional, na medida que o PIB da Macrometrópole Paulista ultrapassa os 80% do PIB estadual. Já a Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS, da qual Santos é o polo, representa aproximadamente 4% do PIB e da população do estado.

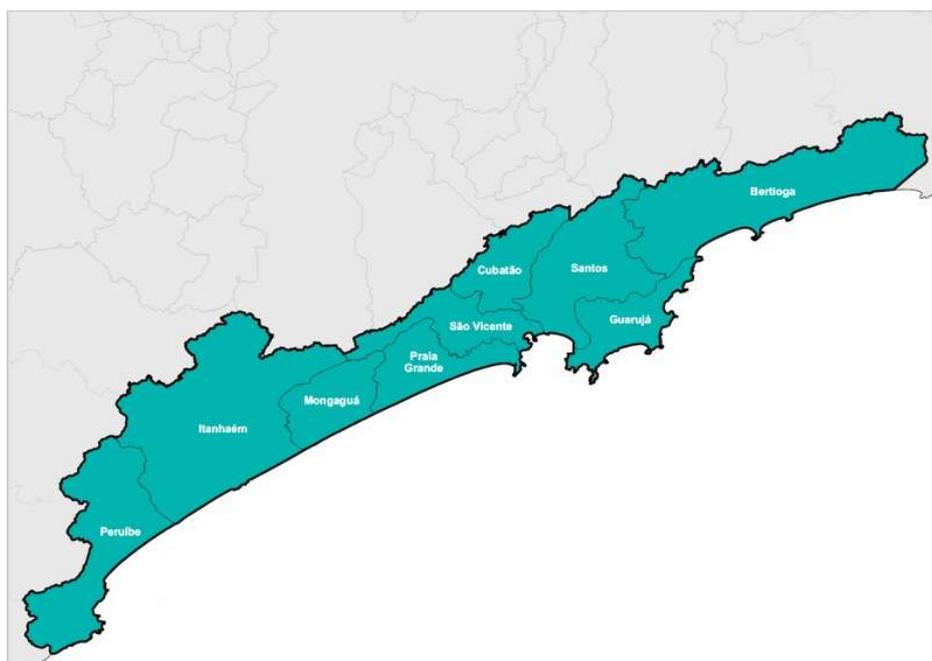
Estão presentes nessa macrometrópole as principais atividades econômicas do país: indústrias de alta tecnologia, comércio e serviços complexos e sofisticados, além da agroindústria e da agricultura mais produtiva. Destaca-se ainda na região a presença de importantes instituições de pesquisa e de ensino superior, instituições culturais e a mais complexa rede de atendimento à saúde. Nela se desenvolvem grandes eventos e a economia criativa integra um segmento em franca expansão.

A extinta EMPLASA desenvolveu o Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM), com horizonte 2013-2040, instrumento de planejamento de longo prazo que visa atuação articulada e integrada no território da MMP, através de uma série de projetos e ações. Possui três eixos estratégicos de desenvolvimento: (1) conectividade territorial e competitividade econômica; (2) coesão territorial e urbanização inclusiva; e (3) governança metropolitana.

## Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS

A Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS, foi criada por meio da Lei Estadual nº 815, de 30 de julho de 1996, sendo formada pela contiguidade territorial dos seguintes municípios: Bertioga, Guarujá, Cubatão, Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente e Santos (Figura 2).

*Figura 2 - Região Metropolitana da Baixada Santista*



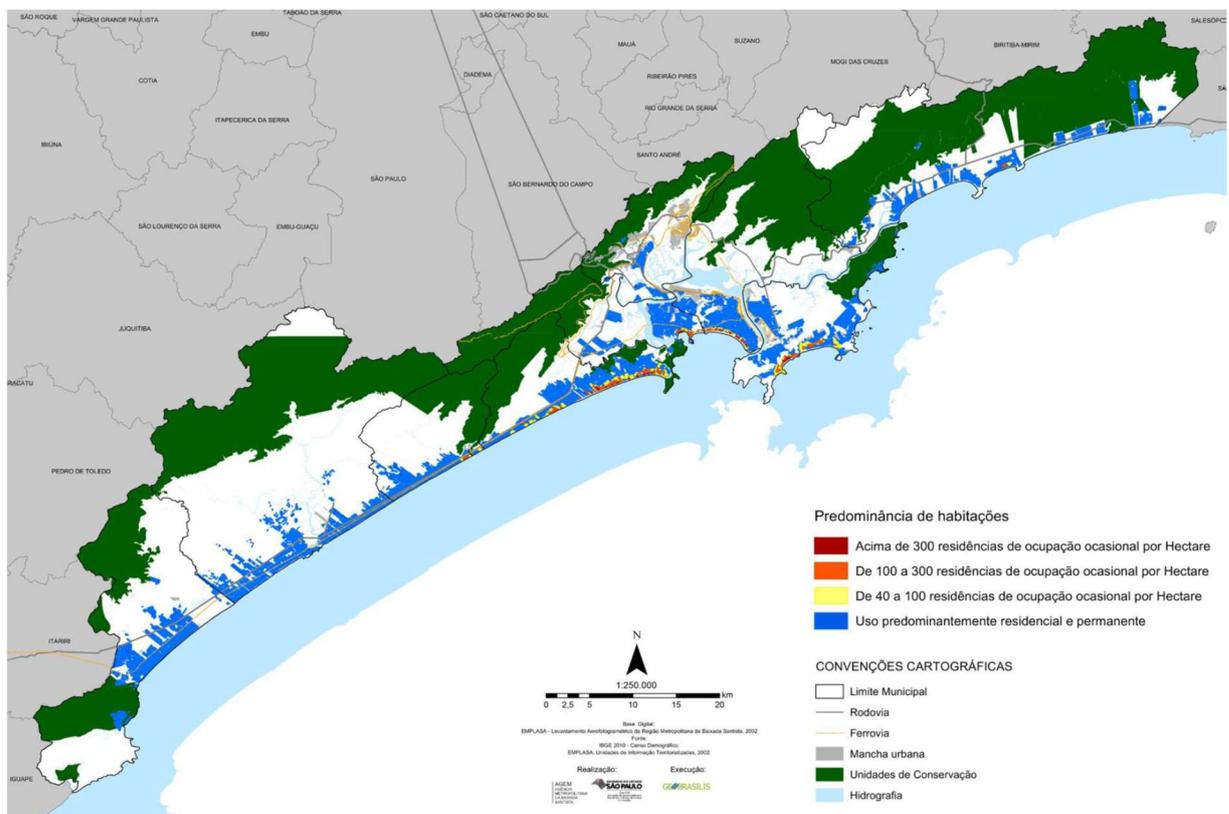
*Fonte: EMPLASA*

A RMBS está fisicamente definida entre dois importantes limites. De um lado, as cristas do maciço rochoso da Serra do Mar e, de outro, a face costeira (com exceção do município de Cubatão) com a presença da linha d'água do Atlântico. Estas feições delineiam as condições ambientais e de ocupação urbana, vocacionando um conjunto de atividades econômicas que trouxeram para todos os municípios o enquadramento como estâncias turísticas e balneárias, exceto Cubatão, que não recebeu este último atributo, mas foi transformado em Município de Interesse Turístico (MIT) em 2018.

Os municípios apresentam diferentes condições socioeconômicas e alguns deles agregam outras atividades além do turismo, a exemplo de Santos, cidade portuária e Cubatão, cidade industrial. Estes dois municípios estabelecem uma dinâmica que ultrapassa os limites da macrometrópole paulista, alcançando o Centro-Oeste brasileiro, a Bolívia e o Paraguai e, juntamente com Guarujá, compõem o polo regional da RMBS, concentrando boa parte dos empregos.

Santos apresenta a maior densidade de empregos da região, o que tende a gerar uma intensa dinâmica de movimentos pendulares diários, repercutindo nas condições de mobilidade da região e conformando importantes gargalhos infraestruturais. Essa área também representa a maior conurbação urbana da região, onde há um claro predomínio de domicílios permanentes com residentes fixos, em contraponto aos demais municípios litorâneos marcados por significativa presença de domicílios de uso ocasional.

Figura 3 – Predominância de habitações permanentes e de uso ocasional na RMBS



Fonte: Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista 2014-2030 – PMDE-BS.

O turismo balneário moldou formas específicas de urbanização vinculadas à produção imobiliária voltada à população flutuante, facilitada pela implantação de uma infraestrutura rodoviária que promoveu, juntamente com o processo de migração intra-regional, o surgimento de processos distintos de pendularidade, configurando três áreas.

A área sul, constituída pelos municípios de Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, corresponde a estâncias voltadas ao turismo ecológico e balneário e economicamente guardam fortes laços funcionais com o Vale do Ribeira. A população estimada pelo IBGE (2020) desses três municípios praticamente corresponde a cerca da metade da população santista.

Em especial Mongaguá contribui para a efetivação do setor terciário, e enfrenta desafios vinculados à implantação de um turismo baseado na sazonalidade, associado à criação de um parque de residências de veraneio. Itanhaém, considerada a segunda cidade mais antiga do Brasil, embora não tenha enfrentado forte expansão demográfica e urbana, tem um potencial de crescimento que precisa estar alinhado com os projetos da região metropolitana. Peruíbe, por sua vez, permanece com os traços da dinâmica do turismo de veraneio e tenta um equilíbrio entre os que querem a ampliação da dinâmica econômica e os que defendem uma cidade tranquila e com qualidade de vida.

A área Norte da Região Metropolitana da Baixada Santista é constituída por um único município, ou seja, Bertioga que se encontra inserido em região de domínio da formação Atlântica e apresenta forte funcionalidade atrelada ao litoral Norte do estado de São Paulo e com Mogi das Cruzes por conta da rodovia que liga estas duas cidades. Apresenta um crescimento populacional expressivo acompanhado por expansão urbana dispersa e fragmentada. A área central, constituída pelos municípios de Praia Grande, São Vicente, Guarujá, Cubatão e Santos constitui a porção com maior nível de integração.

O município de Praia Grande, com seu turismo balneário, atraiu milhares de turistas de veraneio nos últimos anos, gerando grande densidade construtiva, e alto processo de verticalização, atraindo a indústria da construção civil para atuar em seu território. Soma-se o fato de que parte de sua população trabalha em Santos, provocando um intenso movimento pendular diário entre as duas cidades. O município apresentou mais que o dobro de empreendimentos lançados em Santos entre 2016 a 2019, conforme Figura 4, sendo a cidade com maior crescimento demográfico nos últimos 20 anos da RMBS.

Figura 4 - Lançamentos e vendas de imóveis residenciais na região da Baixada Santista

**Lançamentos e Vendas de imóveis residenciais região da Baixada Santista\***

Em unidades – acumulado em 36 meses (julho/2016 a junho/2019)

Cidades	Lançamentos		Vendas		Oferta Final	
	Unidades	Part. (%)	Unidades	Part. (%)	Unidades	Part. (%)
Guarujá	884	9,0%	710	11,2%	174	4,9%
Praia Grande	5.691	57,7%	3.602	56,7%	2.089	59,3%
Santos	2.674	27,1%	1.703	26,8%	971	27,6%
São Vicente	621	6,3%	335	5,3%	286	8,1%
<b>Baixada Santista</b>	<b>9.870</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.350</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.520</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SECOVI-SP

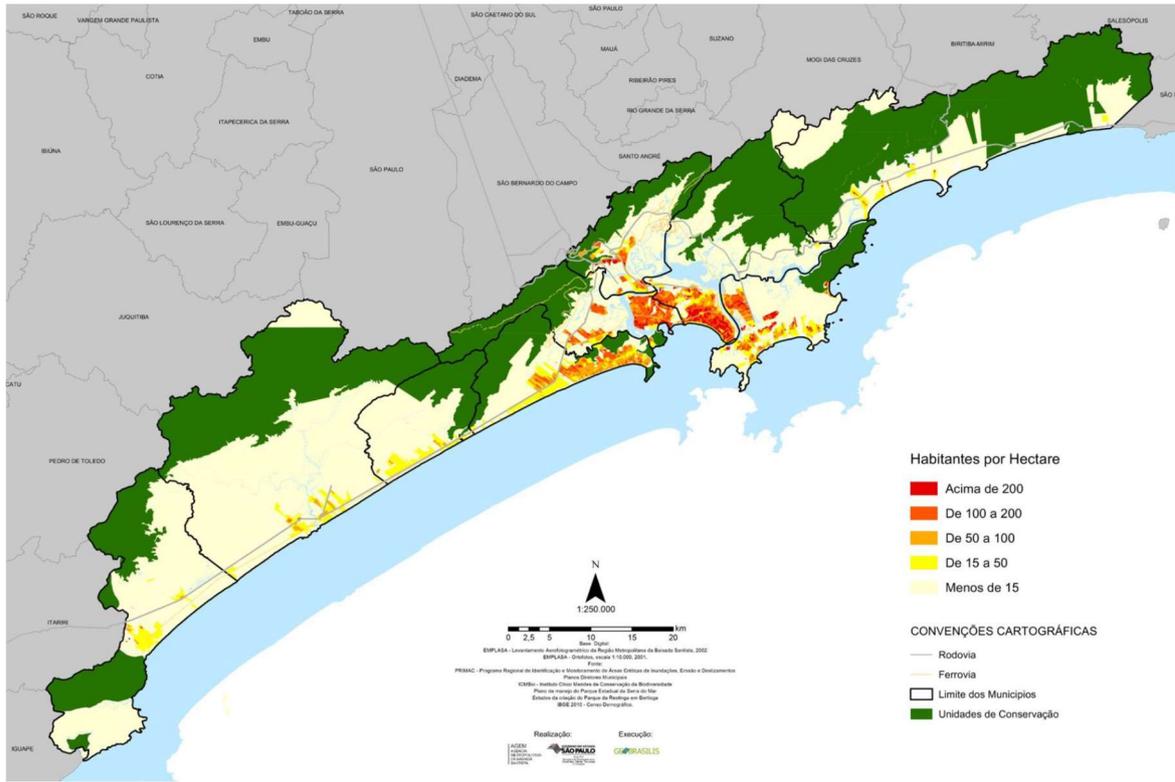
São Vicente, embora com o atributo de cidade balneária, beneficia-se desse segmento indiretamente, especialmente vinculado ao turismo de curta duração. Assim, caracteriza-se pela sua monofuncionalidade residencial, com demandas por serviços, equipamentos e infraestruturas. Neste contexto, reproduz o fenômeno da pendularidade diária, tendo em vista que parte dos seus moradores trabalham no município de Santos.

Cubatão, município marcado pela proximidade dos contrafortes da Serra do Mar e uma planície parcialmente inundada entre canais fluviais e canais de maré, abriga um parque industrial onde se destaca o polo petroquímico. Atualmente experimenta uma nova fase de implantação de serviços retroportuários combinada aos esforços de recuperação ambiental.

Guarujá, município localizado integralmente na ilha de Santo Amaro, além do turismo de veraneio e das atividades portuárias principalmente no distrito de Vicente de Carvalho, atualmente está assumindo papel mais expressivo como cidade dormitório.

Por sua vez, Santos é considerado o município polo da RMBS, reunindo as diversas atividades presentes na região, como comércio, serviços, turismo de veraneio, indústrias e sobretudo, a atividade de serviços portuários e retroportuários, por abrigar o maior porto da América Latina. Concentra as maiores densidades habitacionais, juntamente com os municípios de São Vicente, Praia Grande e Guarujá.

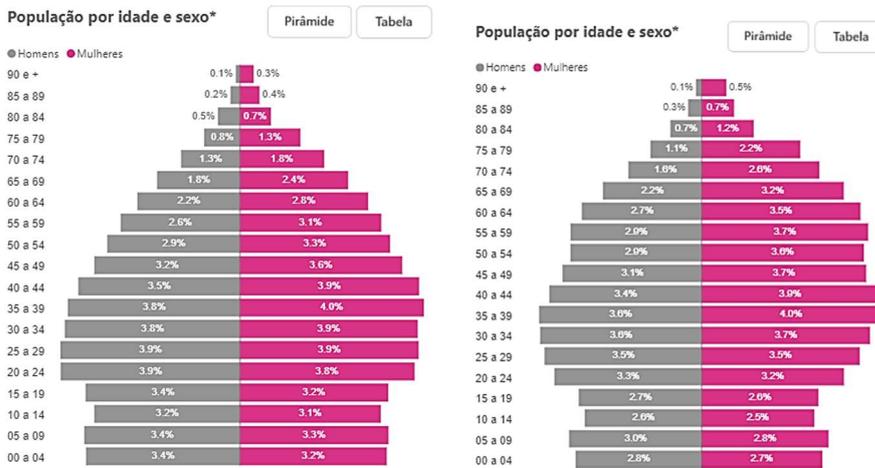
Figura 5 – Habitantes por hectare nos municípios da RMBS



Fonte: Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista 2014-2030 – PMDE-BS

Em relação à distribuição da população por faixas etárias, destaca-se que a porcentagem de idosos no município é mais elevada que a da RMBS, sobretudo a partir da faixa de 45 a 49 anos, onde verifica-se diminuição progressiva na pirâmide na RMBS, mas os percentuais se mantêm elevados em Santos (Figura 6).

Figura 6 – Pirâmides etárias da RMBS (esquerda) e do município de Santos (direita)



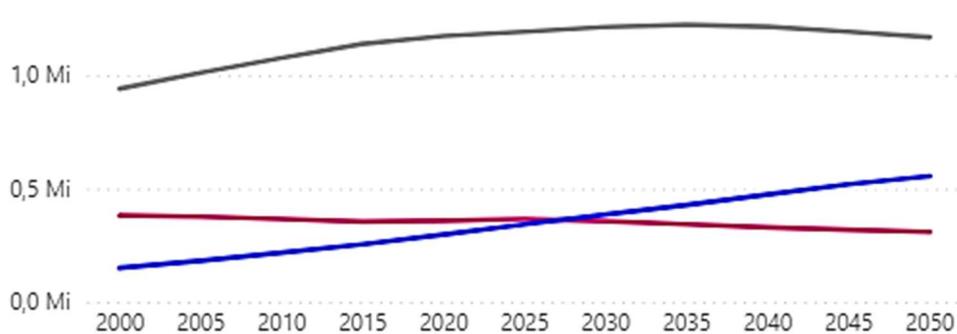
Fonte: SEADE, 2021.

A evolução da população por grupos de idade considerando as projeções populacionais demonstra que o ponto de transição entre a faixa da população mais jovem (00 a 14 anos) e mais velha (60 anos e mais), prevista para a RMBS somente entre 2025 e 2030, ocorreu no município em 2005 (Figura 8).

Figura 7 - Evolução da população por grupos de idade da RMBS

### Evolução da população por grupos de idade

● 00 a 14 anos ● 15 a 59 anos ● 60 anos e mais

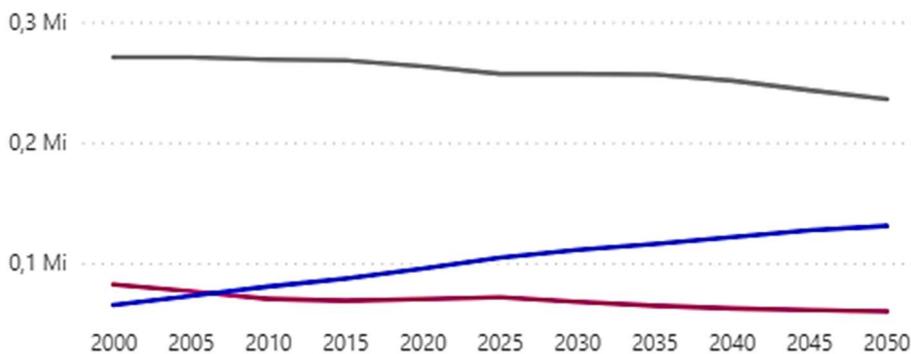


Fonte: SEADE, 2021.

Figura 8 - Evolução da população por grupos de idade do município de Santos

### Evolução da população por grupos de idade

● 00 a 14 anos ● 15 a 59 anos ● 60 anos e mais



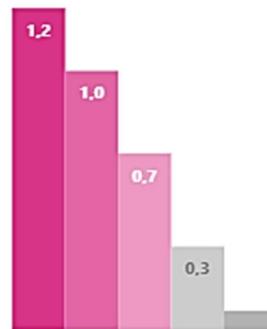
Fonte: SEADE, 2021.

A taxa anual de crescimento populacional na Baixada Santista apresenta valores decrescentes tanto entre 2000 a 2020 quanto nas projeções de 2020 a 2050, mantendo-se positivas apesar disso. No município de Santos a taxa anual de crescimento populacional, já mais baixa que aquela verificada na RMBS em todo o período, passará a ser negativa a partir de 2030, de acordo com as projeções populacionais. Logo, as políticas públicas do município devem considerar tanto a questão do envelhecimento da população quanto sua redução.

Figura 9 - Taxa Anual de crescimento populacional da RMBS

**Taxa anual de crescimento populacional (em %)**

- 2000/2010
- 2010/2020
- 2020/2030
- 2030/2040
- 2040/2050

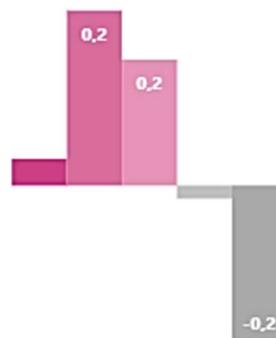


Fonte: SEADE, 2021.

Figura 10 - Taxa Anual de crescimento populacional do município de Santos

**Taxa anual de crescimento populacional (em %)**

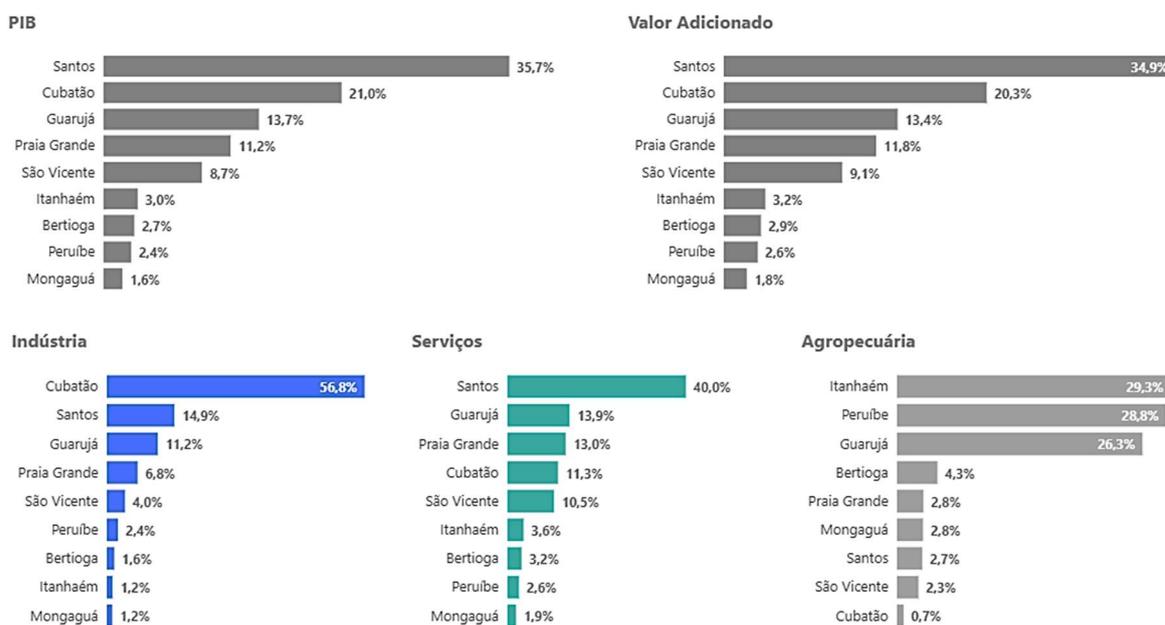
- 2000/2010
- 2010/2020
- 2020/2030
- 2030/2040
- 2040/2050



Fonte: SEADE, 2021.

Conforme dados mais recentes da SEADE, o município de Santos possuía a maior participação no PIB e no Valor Adicionado da RMBS em 2018, bem como no setor de serviços, com 40% do total. Cubatão, polo petroquímico da região e um dos maiores do Estado, possui produção industrial altamente especializada no setor petroquímico e metalurgia básica, sendo responsável pela maior participação no setor da indústria na RMBS, com mais de 56%. No setor de agropecuária os municípios de Itanhaém, Peruíbe e Guarujá são correspondem à maior participação, com 29,3%, 28,8% e 26,3%, respectivamente (Figura 11).

Figura 11 – Ranking dos municípios da RMBS – Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: SEADE, 2021.

## Gestão Metropolitana

O sistema de planejamento e gestão metropolitana da RMBS é composto pela Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM, a quem cabe a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum na RMBS; pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista - CONDESB, com caráter normativo e deliberativo; e pelo Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista, que objetiva dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas no que diz respeito às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista.

O CONDESB é formado por representantes das prefeituras da RMBS e do governo do estado, indicados entre as secretarias que atuam nas funções públicas de interesse comum da região (FPICs), tratando dos assuntos inerentes à estas. A participação de seus representantes é paritária entre o conjunto das prefeituras e os representantes do estado.

Com a instituição do CONDESB foram criadas as Câmaras Temáticas, que têm caráter consultivo e recebem atribuições específicas, relacionadas com as funções públicas de interesse comum. Para atender a uma das diretrizes do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista (PMDE) as câmaras temáticas foram reestruturadas e distribuídas nos seguintes eixos: Mobilidade, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Políticas Sociais, cada uma delas abrangendo diversos subtemas, divididos em Grupos Técnicos:

- **Mobilidade:** Mobilidade e Logística;
- **Meio Ambiente e Saneamento:** Habitação, Meio Ambiente e Saneamento, Agropecuária, Pesca e Aquicultura e Defesa Civil;
- **Desenvolvimento Econômico:** Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura, Tecnologia da Informação e Comunicação e Equalização de Leis Municipais com Caráter Metropolitano;
- **Políticas Sociais:** Esporte, Direitos Humanos, Assistência e Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e Segurança

As funções públicas de interesse comum da RMBS são especificadas pelo próprio CONDESB, estando previsto em caráter provisório pela legislação os seguintes campos funcionais:

- I – planejamento e uso do solo;
- II – transporte e sistema viário regional;
- III – habitação;
- IV – saneamento básico;
- V – meio ambiente;
- VI – desenvolvimento econômico, e
- VII – atendimento social.

## Planejamento Metropolitano

### Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista - PMDE-BS

O Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista - PMDE-BS foi o primeiro plano estratégico integrado de uma região metropolitana no país, ordenando o crescimento da Baixada Santista para o horizonte 2014 – 2030 nos eixos de Mobilidade e Acessos, Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Econômico.

O PMDE-BS está alinhado com o Plano de Ação da Macrometrópole (PAM) e tem como desafio conciliar vocações históricas da região (atividades portuárias, industriais, turísticas e lazer de veraneio) com novos segmentos econômicos, por meio da exploração do pré-sal da Bacia de Santos e o do crescimento da construção civil.

Estão previstas no PMDE-BS estratégias e ações de fomento ao desenvolvimento econômico regional, à geração de empregos e renda e à eliminação de déficits nas áreas de mobilidade urbana, saneamento ambiental e habitação, visando o crescimento ordenado da região até 2030.

## **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)**

O Estatuto da Metrópole determina que toda região metropolitana do país desenvolva um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Além dos conteúdos mínimos definidos nesta lei, após sua aprovação, os municípios que integram essas unidades territoriais deverão compatibilizar seus Planos Diretores Municipais às novas regras. O PDUI, como instrumento legal de planejamento, estabelece diretrizes, projetos e ações para orientar o desenvolvimento urbano e regional, buscando reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida da população metropolitana. Também fixa as bases de atuação conjunta entre estados e municípios.

Possui cinco eixos estratégicos: Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Mobilidade e Logística, Habitação e Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Meio Ambiente, e Políticas Sociais. Os quatro primeiros eixos já existiam no PMDE-BS, e a quinta FPIC (Políticas Sociais) foi criada em resposta a demanda verificada nas oficinas realizadas.

O Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista (PMDE-BS) e o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) serão incorporados ao PDUI-BS, consolidando os objetivos, metas e estratégias propostas no PDME-BS e utilizando o macrozoneamento do ZEE-BS, além dos planos setoriais regionais a serem elaborados e os planos diretores e planos setoriais dos municípios.

O processo de elaboração do PDUI foi iniciado em 2015, e a minuta do projeto de lei concluída em 2017, sendo elaborada por meio de processo coordenado pela equipe técnica da AGEM-BS a partir de discussão com a Câmara Temática de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. No final de 2017 a minuta foi encaminhada e aprovada pelo CONDESB, e atualmente aguarda encaminhamento da Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Paulo à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sem previsão para aprovação.

## **Sistema de Monitoramento e Avaliação do PMDE/BS – SIMA/BS <sup>1</sup>**

O SIMA/BS - Sistema de Monitoramento e Avaliação é uma ferramenta que consolida em um único ambiente informações municipais, estaduais e federais, permitindo a seus usuários o acompanhamento das políticas públicas regionais. Assim, o SIMA/BS é um sistema de Gestão Metropolitana, no qual as informações, as responsabilidades e as análises serão compartilhadas entre os entes federativos da RMBS. Estava previsto no Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico (PMDE,

---

<sup>1</sup> Fonte: Relatório de Atividades 2017 e 2018 da AGEM-BS. Disponível em <https://www.agem.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/Relatorio-Final-2017-2.pdf> e <https://www.agem.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/20190321-RL-RELAT%c3%93RIO-DAS-ATIVIDADES-2018.pdf>.

de 2014), tornando-se mais necessário após a promulgação do Estatuto da Metrópole e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

### Sistema de Informações Metropolitanas (SIM/Emplasa - CDHU)

Sistema elaborado com técnicos da AGEM, em conjunto com a Câmara Técnica de Habitação do CONDESB, a extinta Emplasa, a CDHU e a Universidade Federal do ABC (UFABC), voltado ao segmento habitacional, com dados georreferenciados. Seu principal objetivo é apoiar o planejamento integrado, criando uma base única de dados e informações, mapeando e padronizando conceitos técnicos que fundamentam as políticas públicas habitacionais nos municípios, conferindo maior transparência, agilidade e eficiência à implementação de políticas habitacionais na região.

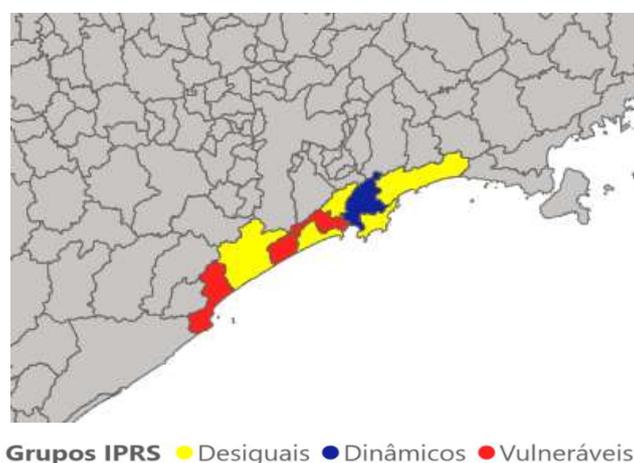
### Gestão metropolitana na pandemia

A pandemia do COVID-19 trouxe à tona a importância da articulação entre os municípios e, sobretudo, revelou a interdependência das políticas públicas de todos os municípios da RMBS. A necessidade de ponderar as medidas tomadas em cada município, frente aos demais, nunca foi tão evidenciada como nos últimos meses, em que as decisões políticas no combate a pandemia afetaram diretamente a todos os municípios vizinhos.

Pesquisas recentes realizadas em diversos países, já apontam alguns elementos que, quando combinados, afetam o número de pessoas contagiadas pelo COVID-19. Em um estudo americano detectou-se que a questão da densidade demográfica isoladamente não constitui necessariamente um alto fator de contaminação, mas, se combinados com uma população metropolitana e num quadro de desigualdade social, o número de casos tem aumento expressivo.

O Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS de 2018 já apontava uma diferença expressiva dos índices sociais entre os municípios, dentre eles a longevidade, indicador diretamente relacionado à saúde.

Figura 12 Distribuição dos Municípios por grupos IPRS



**Dinâmicos:** municípios com níveis de riqueza elevados e bons indicadores sociais (longevidade e escolaridade médio/alto)

**Desiguais:** municípios com níveis de riqueza elevados, mas indicadores sociais insatisfatórios (longevidade e/ou escolaridade baixo)

**Vulneráveis:** municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais (longevidade e escolaridade baixa).

Fonte: SEADE, 2018.

Em contrapartida, os números de pessoas infectadas e de óbitos não está diretamente relacionado ao IPRS, visto que são dados ligados ao número de pacientes atendidos em hospitais municipais e regionais e que estão atendendo as pessoas de qualquer município da região. Ainda assim, há que se considerar que os municípios de Santos e Praia Grande, que possuem as maiores densidades demográficas da RMBS são aqueles com maior incidência de casos confirmados e óbitos e, possivelmente, apresentarão esta distorção no indicador de longevidade nos próximos anos.

No enfrentamento à pandemia, o CONDESB definiu, em conjunto com os prefeitos da região, ações norteadas pelas legislações Estadual e Federal. Foram determinadas medidas conjuntas relacionadas aos horários e condições de funcionamento das atividades comerciais e serviços públicos nos nove municípios, bem como realização de pesquisas epidemiológicas e apoio à ampliação e manutenção de leitos de UTI e enfermagem específicos para COVID-19.

Figura 13 – Casos de Covid-19 na Baixada Santista

### Casos na Baixada Santista

Cidade	Confirmados	Suspeitos	Internados	Óbitos	Óbitos Investigados	Recuperados
Bertioga	3.945	501	51	68	6	3.463
Cubatão	11.027	321	12	298	7	10.663
Guarujá	15.118	134	189	633	1	9.765
Itanhaém	3.674	394	28	139	1	3.491
Mongaguá	3.046	303	16	71	0	2.821
Peruíbe	4.265	354	57	93	2	3.456
Praia Grande	17.956	386	127	421	36	17.480
Santos	37.450	939	238	1.164	47	34.245
São Vicente	12.383	490	19	635	5	9.969
<b>Total</b>	<b>108.864</b>	<b>3.822</b>	<b>737</b>	<b>3.522</b>	<b>105</b>	<b>95.353</b>

Dados 19/03/2021 - Fonte - Prefeituras da Baixada Santista

Fonte: [https://www.agem.sp.gov.br/?page\\_id=3917](https://www.agem.sp.gov.br/?page_id=3917).

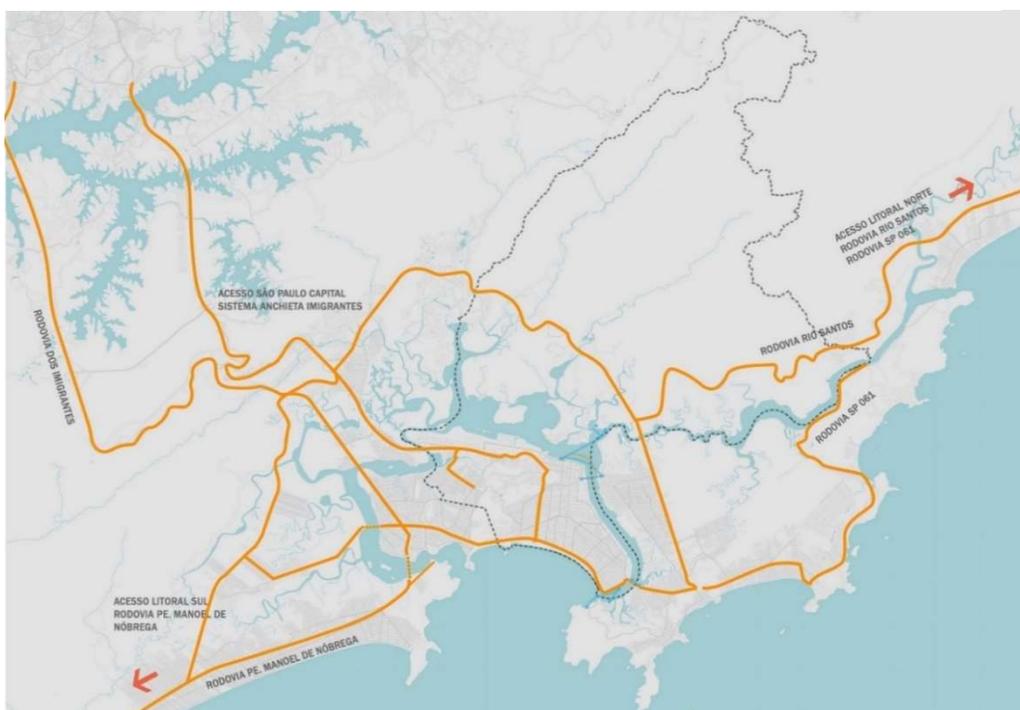
A análise metropolitana das relações econômicas e sociais e das suas densidades, demográficas e construtivas, mostra-se fundamental na atual conjuntura das cidades, visto que os impactos são gerados e enfrentados por todos os municípios, em diversas escalas e de formas diferentes em cada município.

## Caracterização e contexto regional

### Inserção Local

O Município de Santos está localizado no centro do Litoral do Estado, à 75km da Capital São Paulo. Parte de seu território está situado na porção leste da Ilha de São Vicente. A cidade faz divisa ao Norte com Santo André e Mogi das Cruzes, à Leste com Bertioga, ao Sul Guarujá, Oeste São Vicente e por fim Noroeste Cubatão.

Figura 14 - Principais Acessos



Fonte: Adaptação de Google Map Customizer.

O Principal acesso à cidade a partir de São Paulo se dá pelo Sistema Anchieta (SP 150) / Imigrantes (SP 160). A entrada à Oeste, a partir do Litoral Sul é por meio da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP 055). E a Leste sentido Litoral Norte por meio da Rodovia "Rio-Santos" (BR-101) / (SP-055), nesse percurso é necessário utilizar o sistema de balsa para atravessar o Canal do Porto de Santos.

*Figura 15 - Localização Regional*

*Fonte: Adaptação de Google Map Customizer.*

Recentemente a cidade foi contemplada com as obras da “Nova entrada de Santos” a fim de resolver os frequentes congestionamentos na entrada da cidade e problemas com drenagem na região Noroeste.

### **Caracterização do Território**

O território de Santos possui uma área total de aproximadamente 28 mil hectares (280.674 km<sup>2</sup>) e se divide em duas áreas separadas pelo estuário, que serve como canal de acesso ao porto: uma área insular e uma área continental.

A área insular, com cerca de 39 km<sup>2</sup>, divide a Ilha de São Vicente com o município de São Vicente. A porção continental do município, com 239,3 km<sup>2</sup>, tem quase 70% do seu território constituída ou por unidades de conservação ou por áreas de preservação permanente, com ocupação esparsa, assim como as áreas disponíveis para a expansão urbana e econômica do município.

A área efetivamente urbanizada encontra-se na parte insular, representando aproximadamente 12% do território.

Figura 16 - Área Continental e Insular de Santos



Fonte: Adaptação de Google Map Customizer.

A área insular apresenta características de paisagem e desenvolvimento humano distintas, e é marcada por um maciço rochoso que forma as porções leste e noroeste, limitando os caminhos e o acesso às duas partes, bem como as alternativas para certas ligações intraurbanas.

A porção leste, sobretudo a região mais próxima da orla, apresenta indicadores de qualidade de vida elevados, ampla oferta de infraestrutura e equipamentos urbanos, de comércio e de serviços, e uma dinâmica imobiliária bastante intensa. Há porções do território que não se encontram nesse mesmo patamar de qualidade de vida e que não usufruem da mesma disponibilidade de infraestrutura e de equipamentos.

Os dinamismos econômicos mais intensos e virtuosos, relacionados aos maiores níveis de renda da Orla, levam as populações mais carentes a se localizarem em áreas de menor aptidão ao uso urbano, como as encostas dos morros e nas áreas mangue e em expressivas ocupações em palafitas. Também há população residente em cortiços no centro da cidade<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Ver Seção sobre Habitação.

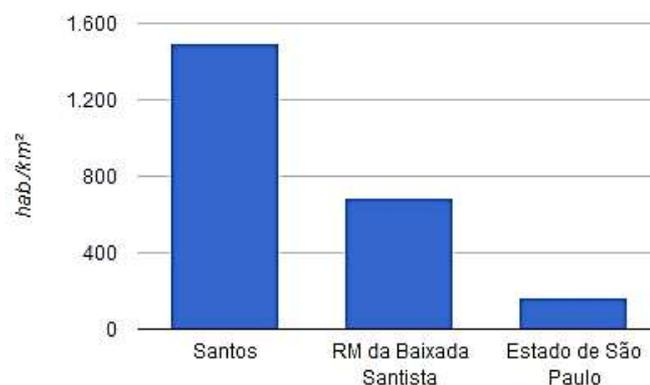
## Dinâmica socioeconômica do município de Santos

### Dinâmica social e demográfica

De acordo com o IBGE a população estimada de 2020 da cidade de Santos é de 433.656 habitantes, o que representa 0,94% da população do Estado de São Paulo. O município ocupa área de 281,033 km<sup>2</sup>, que corresponde a 0,11% do território paulista e apresenta densidade demográfica absoluta de 1528,35hab./km<sup>2</sup>, que equivale a 15,28hab./hectare (ha).

Como o último Censo realizado foi em 2010, os dados sociais e demográficos apresentados no diagnóstico realizado para a revisão do Plano Diretor vigente permanecem os mesmos. De acordo com o Censo 2010, o município concentrava 99,32% de sua população na área insular, ou seja, 416.547 pessoas moravam em 39,4 Km<sup>2</sup>. Portanto, nessa região a densidade demográfica era de 10.572,26 hab./Km<sup>2</sup>, que equivalia a 105,72 hab./ha. Já o território continental, com área de 241,247 km<sup>2</sup>, abarcava 2.853 pessoas e apresentava densidade demográfica de 11,83 hab./Km<sup>2</sup>, que equivale a 0,12 hab./ha.

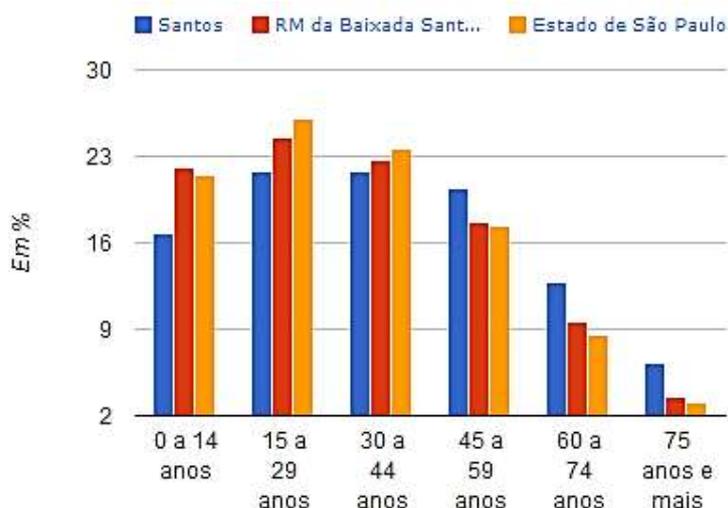
Figura 17 – Densidade demográfica



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 (resultados preliminares). Fundação SEADE.

Pessoas de 15 a 44 anos correspondiam ao maior contingente populacional no município, de acordo com os dados do IBGE de 2010. Menores de 14 anos representavam 16,8% da população do município em 2010 e os idosos (60 anos e mais) 19,2%.

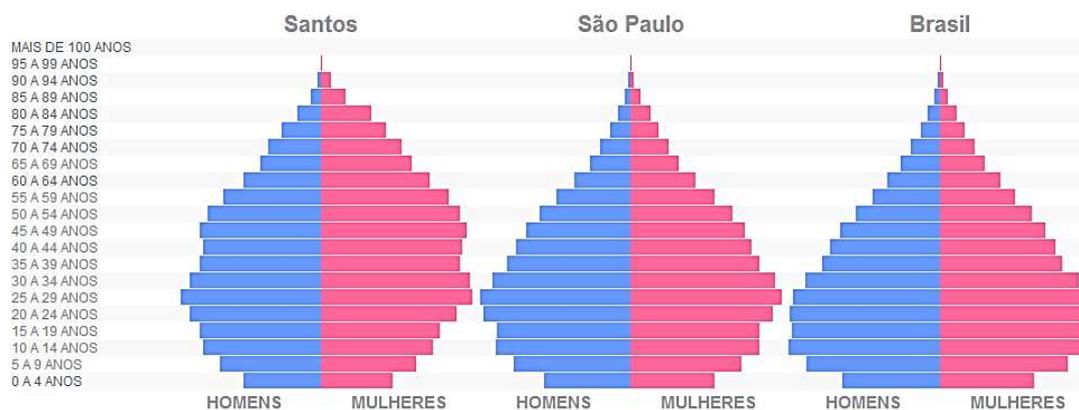
Figura 18 - Distribuição da População por grupos de Idade



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 (resultados preliminares). Fundação SEADE.

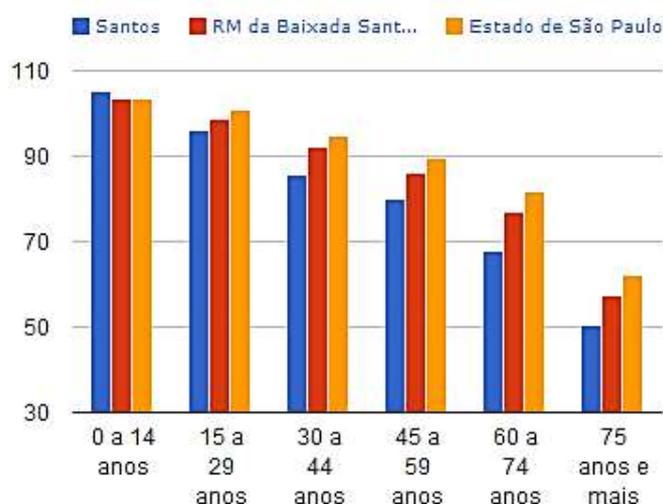
Em relação à distribuição da população, por faixas etárias, destaca-se a porcentagem de idosos em sua composição, fruto entre outros fatores do alto índice de envelhecimento, em 91,98% em 2010 (Figura 19).

Figura 19 - Pirâmide Etária



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 (dados gerais do município).

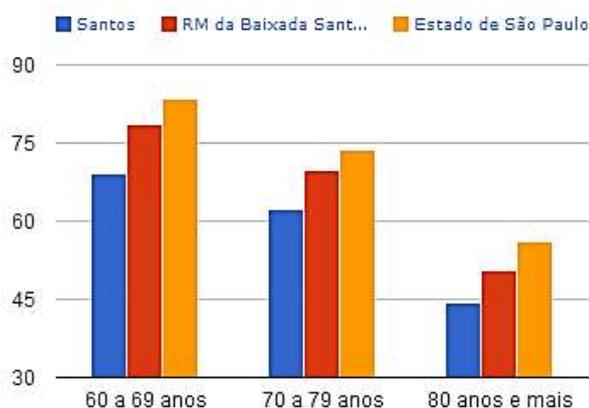
A variação dos grandes grupos etários foi distinta. Nas populações de até 14 anos e entre 15 e 44 anos as variações foram negativas em -1,54% e -0,82% respectivamente. Enquanto, para aqueles com mais de 45 anos, a evolução foi de 1,93%, caracterizando o envelhecimento da população.

Figura 20 - Razão de sexos<sup>3</sup>, por grupos de idade

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 (resultados preliminares). Fundação SEADE.

Mulheres representavam 54,2% da população de Santos, o maior percentual do país, numa razão de 84 homens para cada 100 mulheres. Na faixa etária de 45 a 59 anos essa razão era de 80 homens para cada 100 mulheres. A partir dos 75 anos, a relação era de 50 homens para cada 100 mulheres (Figura 20).

Figura 21 - Razão de sexos da população de 60 anos e mais, por grupo de idade



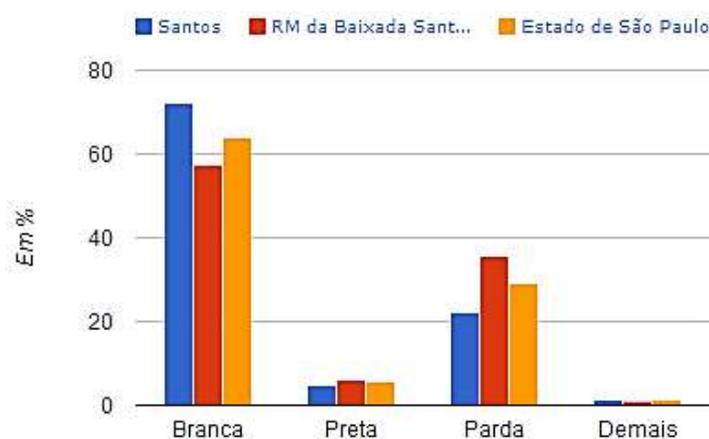
Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 (resultados preliminares). Fundação SEADE.

Em Santos em 2010, 80.349 pessoas possuíam mais de 60 anos, o que representava 19,2% de sua população. No grupo de 60 a 69 anos, existiam 7 homens

<sup>3</sup> Número de homens para cada 100 mulheres.

para cada dez mulheres residindo no município, enquanto entre aqueles com mais de 80 anos essa relação era de 4 para 10. (Figura 21)

Figura 22 - Distribuição da população, por raça / cor



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 (resultados preliminares). Fundação SEADE.

A maior parte da população se declarou branca (72,2%), Em Santos, 72,2% dos habitantes se declaravam brancos, 22% pardos, 4,7% pretos, 1,0% amarelos e 0,1% indígenas. No Estado de São Paulo, esses valores eram, respectivamente, 63,9%, 29,1%, 5,5%, 1,4% e 0,1% (Figura 22). O crescimento da população residente no município entre 2000 e 2010 foi de 0,03% no período, enquanto no Estado de São Paulo a população cresceu 1,09% (Figura 23).

Figura 23 - População, taxas de crescimento populacional, saldos migratórios e taxas anuais de migração – 1991/2010

Regiões Administrativas e Municípios	População			Taxas anuais de crescimento populacional (%)		Saldos migratórios anuais		Taxas anuais de migração (por mil habitantes)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010
Estado de São Paulo	31.436.273	36.974.378	41.223.683	1,82	1,09	147.443	47.265	4,31	1,21
RMSP	15.369.305	17.852.637	19.667.558	1,68	0,97	24.399	-29.968	1,47	-1,60
RMBS	1.214.980	1.473.912	1.662.392	2,17	1,21	13.115	5.017	9,75	3,20
Bertioga	11.307	29.771	47.462	11,36	4,77	1.716	1.120	83,55	29,01
Cubatão	90.866	108.135	118.629	1,95	0,93	227	-336	2,28	-2,96
Guarujá	208.818	264.235	290.526	2,65	0,95	2.314	-657	9,78	-2,37
Itanhaém	45.619	71.694	86.919	5,15	1,94	2.107	746	35,92	9,40
Mongaguá	18.781	34.897	46.186	7,13	2,84	1.480	782	55,14	19,29
Peruíbe	32.676	51.237	59.698	5,13	1,54	1.389	168	33,11	3,03
Praia Grande	122.354	192.769	261.391	5,18	3,09	5.819	4.674	36,93	20,58
<b>Santos</b>	<b>417.114</b>	<b>417.975</b>	<b>419.388</b>	<b>0,02</b>	<b>0,03</b>	<b>-2.198</b>	<b>-1.349</b>	<b>-5,26</b>	<b>-3,22</b>
São Vicente	267.445	303.199	332.193	1,40	0,92	261	-132	0,91	-0,41

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010. Fundação SEADE.

Percebe-se na tabela abaixo na Figura 24, uma dinâmica demográfica bastante expressiva. Entre os anos 2000 e 2010, recenseados pelo IBGE, um conjunto significativo de bairros da cidade perderam habitantes, sobretudo aqueles localizados nos morros, com perdas da ordem de cerca de 20%.

Nem todos os bairros que tiveram diminuição do número de habitantes apresentaram redução na quantidade de domicílios. Ao contrário, muitos destes bairros tiveram aumento no quantitativo de domicílios. Entre as localidades que tiveram perda expressiva de moradores com diminuição do número de domicílios, estão os morros da Caneleira, Marapé, Saboó, Pacheco e Monte Serrat.

Embora nem todos os fatores que estejam na causa destes deslocamentos sejam negativos, visto que algumas famílias migram para áreas mais bem localizadas e/ou mais próximas do local de trabalho, alguns fatores certamente estão relacionados com dificuldades, como a variação dos preços de aluguéis e aumento do preço do território, como em alguns bairros como o Campo Grande, Aparecida e Boqueirão, que tiveram perda de moradores e ao mesmo tempo aumento no número de domicílios.

O diagnóstico de 2013 observa que o inexpressivo crescimento populacional, seja o recenseado ou o projetado, é decorrente da redução da fecundidade e do saldo migratório, em um quadro de saturação do tecido urbano. Há ao longo dos anos a inversão da pirâmide etária, devido à diminuição de crianças e jovens e ao processo de envelhecimento populacional debitado ao aumento da esperança de vida, que ocorre com diferente intensidade nos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, sendo mais acentuado em Santos e nos municípios do entorno e menos expressivo nos periféricos.

Figura 24 - Tabela Comparativa da Evolução da População, Densidade Demográfica e Domicílios por bairro, 2000-2010

Bairro / população, densidade e domicílios	População IBG E 2000	População IBG E 2010	Variação de População (em indivíduos)	Variação da população (em %)	% População em relação ao Município (em %)	Densidade demográfica (em hab./km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica (em hab./ha)	Nº Domicílios IBG E 2000 (em unidades)	Nº Domicílios IBG E 2010 (em unidades)	variação de domicílios legais (em unidades)
Alemao	570	1.029	459	80,53	0,20	15.388	154	158	292	134
Aparecida	36.940	36.440	-500	-1,35	8,70	24.422	244	12.206	16.888	4.682
Areia Branca	6.740	6.494	-246	-3,65	1,50	13.375	134	1.868	2.024	156
Bom Retiro	6.902	9.212	2.310	33,47	2,20	13.100	131	1.864	2.834	970
Boqueirão	31.186	30.869	-317	-1,02	7,40	20.085	201	11.064	16.581	5.517
Cabuçu		24				3	0		9	9
Campo Grande	28.357	27.787	-570	-2,01	6,60	27.472	275	9.031	10.573	1.542
Caneleira	2.807	2.969	162	5,77	0,70	8.575	86	738	880	142
Caruara		1.126			0,30	2.588	26		445	445
Castelo	12.028	11.260	-768	-6,39	2,70	24.874	249	3.309	3.557	248
Centro	996	1.008	12	1,20	0,20	1.440	14	336	483	147
Chico de Paula	3.535	3.065	-470	-13,30	0,70	2.033	20	893	958	65
Embaré	36.812	37.807	995	2,70	9,00	25.173	252	12.391	18.252	5.861
Encruzilhada	15.720	15.588	-132	-0,84	3,70	19.134	191	4.861	6.024	1.163
Estuário	6.087	6.127	40	0,66	1,50	11.390	114	1.757	2.099	342
Gonzaga	24.130	24.788	658	2,73	5,90	2.381	24	8.766	14.438	5.672
Guarapá		57				7	0		27	27
Iriní		53				22	0		34	34
Jabaquara	2.586	2.634	48	1,86	0,60	4.345	43	757	917	160
José Menino	7.714	8.652	938	12,16	2,10	15.777	158	3.059	7.220	4.161
M. Cachoeira	33	29	-4	-12,12		123	1	10	12	2
M. Caneleira	1.558	1.118	-440	-28,24	0,30	7.274	73	439	332	-107
M. Jabaquara	1.779	1.528	-251	-14,11	0,40	5.570	56	509	516	7
M. Marapé	1.596	1.030	-566	-35,46	0,20	2.194	22	409	311	-98
M. Monte Serrat	1.623	1.375	-248	-15,28	0,30	4.294	43	421	401	-20
M. Nova Cintra	4.171	5.270	1.099	26,35	1,30	3.744	37	1.147	1.702	555
M. Pacheco	2.167	1.810	-357	-16,47	0,40	14.973	150	601	591	-10
M. Penha	2.519	2.061	-458	-18,18	0,50	9.867	99	632	644	12
M. Saboó	1.290	940	-350	-27,13	0,20	2.774	28	333	294	-39
M. Santa Maria	1.657	3.090	1.433	86,48	0,70	8.534	85	419	817	398
M. São Bento	8.117	7.200	-917	-11,30	1,70	15.832	158	2.246	2.302	56
M. Sta. Terezinha	248	260	12	4,84	0,10	830	8	60	100	40
M. Chico de Paula	63	13	-50	-79,37		102	1	21	4	-17
M. Fontana	803	799	-4	-0,50	0,20	11.141	111	221	253	32
M. José Menino	2.951	3.227	276	9,35	0,80	11.351	114	892	1.407	515
Macuco	20.711	19.870	-841	-4,06	4,70	12.865	129	5.915	6.533	618
Marapé	21.206	20.992	-214	-1,01	5,00	20.211	202	6.544	7.957	1.413
Monte Cabirão		570			0,10	1.230	12		178	178
N.S. Neves		10				4	0		3	3
Paquetá	1.368	1.008	-360	-26,32	0,20	2.905	29	499	363	-136
Piratininga	981	962	-19	-1,94	0,20	6.444	64	273	305	32
Pompéia	10.599	11.333	734	6,93	2,70	21.487	215	3.820	7.162	3.342
Ponta da Praia	30.448	31.573	1.125	3,69	7,50	15.662	157	10.061	14.904	4.843
Quilombo		1.006			0,20	284	3		433	433
Rádio Clube	19.350	19.179	-171	-0,88	4,60	21.771	218	5.254	5.813	559
Saboó	11.737	10.578	-1.159	-9,87	2,50	17.778	178	3.286	3.439	153
Santa Maria	6.043	6.615	572	9,47	1,60	12.651	127	1.754	2.158	404
São Jorge	7.392	6.974	-418	-5,65	1,70	13.379	134	2.056	2.276	220
São Manoel	3.504	4.553	1.049	29,94	1,10	10.858	109	971	1.318	347
Trindade		7				1	0		9	9
Valongo	217	251	34	15,67	0,10	1.380	14	60	79	19
Vila Belmiro	9.445	8.652	-793	-8,40	2,10	15.174	152	2.961	3.333	372
Vila Haddad		205	205	0,00		1.670	17		74	74
Vila Mathias	11.147	9.719	-1.428	-12,81	2,30	7.576	76	3.322	3.623	301
Vila Nova	4.401	4.476	75	1,70	1,10	10.203	102	1.378	1.669	291
Vila Progresso	3.513	3.814	301	8,57	0,90	23.547	235	906	1.180	274

Fonte IBGE

## Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Conforme observado no diagnóstico de revisão do Plano Diretor de 2013, a validade do uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como fator comparativo das ações públicas, é questionável. A análise possível seria somente a macroleitura dos assuntos, como Educação, Longevidade e Renda, de modo a valer-se da série histórica. A exemplo da renda, que em Santos passou de 0,835 em 2000 para 0,861 em 2010, e que, no entanto, o índice não tem refletido a distribuição do rendimento por todas as camadas abordadas pelo recenseamento do IBGE, 2010. Indivíduos que não têm rendimento ou que ganham até 3 salários mínimos, não acompanharam a progressão do índice. O PIB da cidade quase alcança a casa dos 30 bilhões e a renda per capita os R\$ 65 mil.

Os dados mais recentes sobre o IDH correspondem à 2010, data de realização do último Censo pelo IBGE. No período 2000-2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Santos cresceu 7,01%, passando de 0,785 em 2000 para 0,840 em 2010. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com aumento de 13,02% entre 2000 e 2010, seguida pela Longevidade, com aumento de 5,19% e pela Renda, com aumento de 3,11%, sendo essa a dimensão que mais contribuiu para o IDH municipal. Neste período, a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH (ou seja, 1) foi reduzido em 8,35%.

*Figura 25 - Evolução do IDHM entre 2000 e 2010 no município de Santos*

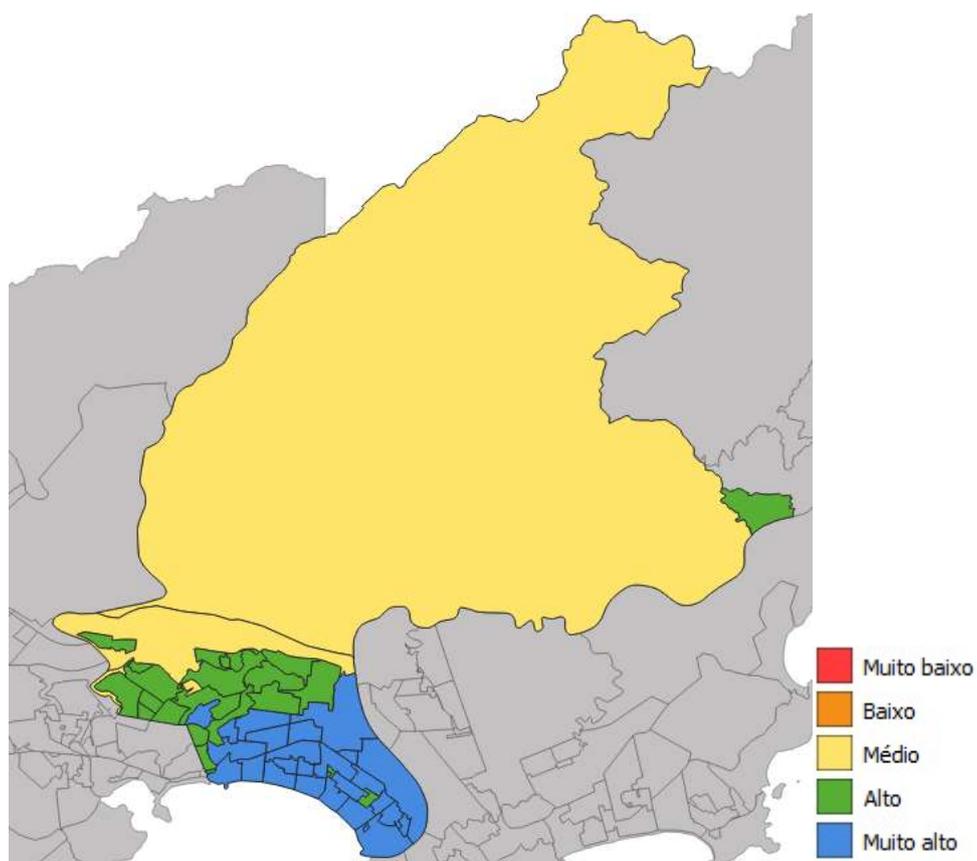
	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDH</b>	0,785	0,840
<b>Dimensão</b>		
Educação	0,714	0,807
Longevidade	0,810	0,852
Renda	0,835	0,861

*Fonte: IBGE, 2013.*

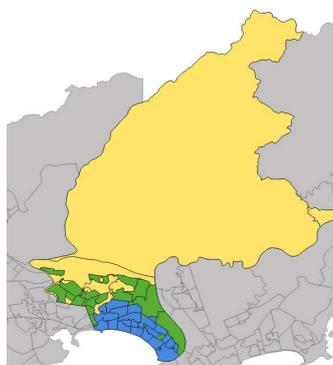
Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8) em relação aos outros municípios do Brasil, ocupando a 6ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros.

Ao analisar o IDH e suas dimensões por unidade territorial, verifica-se diferença significativa entre os bairros. Nos bairros mais próximos da orla estão os maiores índices de Renda, Educação e Longevidade, enquanto na Área Continental e nas Macrozonas Morros e Noroeste há presença de índices médios e baixos nas três dimensões. A dimensão Longevidade possui índices altos e muito altos em todo o município, e a dimensão de Educação é a única com unidades territoriais com índice baixo.

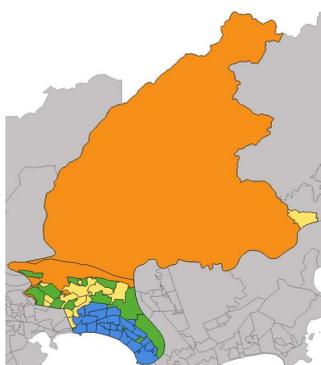
Figura 26 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH geral e por dimensões



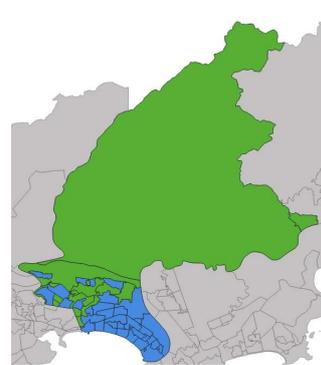
IDH-M



IDH- R Renda



IDH-E Educação



IDH-L Longevidade

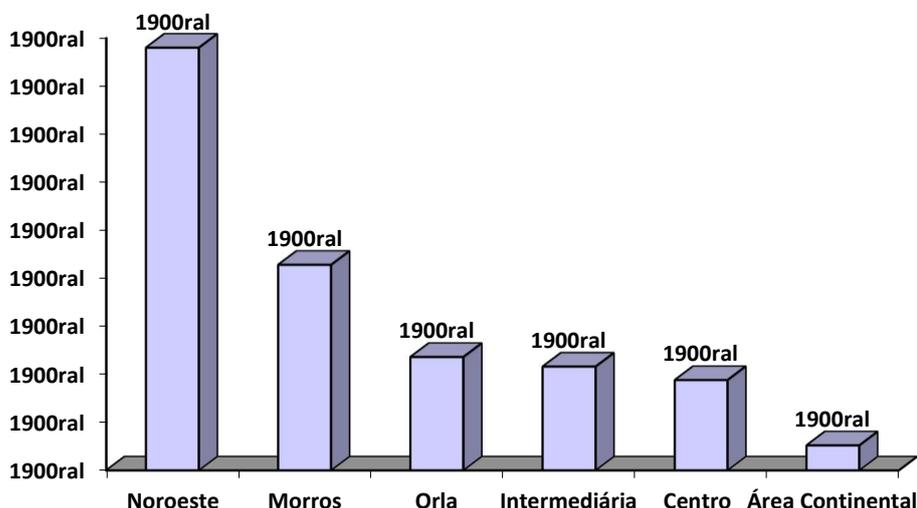
Fonte: PNUD

## Dados do Cadastro Único - CADÚnico

A análise dos dados do Cadastro Único - CADÚnico<sup>4</sup>, realizada em 2021 pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDS<sup>5</sup>, observa que o número de famílias cadastradas no Município tem sido crescente, movimento que se relaciona tanto à maior abrangência que o Cadastro Único foi tendo ao longo dos anos enquanto ferramenta de acesso a programas e benefícios socioassistenciais como a um maior alcance dos serviços socioassistenciais do Município e de uma maior procura por parte da população pelos benefícios e serviços no âmbito da Assistência Social.

Em janeiro de 2020, havia no Município de Santos 21.599 famílias cadastradas no Cadastro Único, totalizando 56.473 pessoas, 13% da população estimada para o município para o mesmo ano<sup>6</sup>.

Figura 27 - Distribuição percentual das famílias cadastradas no Cadastro Único de Santos, por região de moradia



Fonte: CECAD/MDS - dados referentes a janeiro de 2020. Elaboração SEDS.

A maior parte das famílias cadastradas reside na Zona Noroeste do Município, região que concentra grande parte da população de baixa renda, vivendo em condições precárias de moradias. A região dos Morros aparece como a segunda localidade de maior

<sup>4</sup> O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cad. Único), criado em 2001 e regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, destaca-se como uma ferramenta que possibilita identificar e caracterizar as famílias de baixa renda, sobretudo aquelas em situação de pobreza e extrema pobreza, além de funcionar como instrumento para a inclusão delas em programas e benefícios da Assistência Social.

<sup>5</sup> Diagnóstico Socioterritorial da política de Assistência Social, elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDS, 2021.

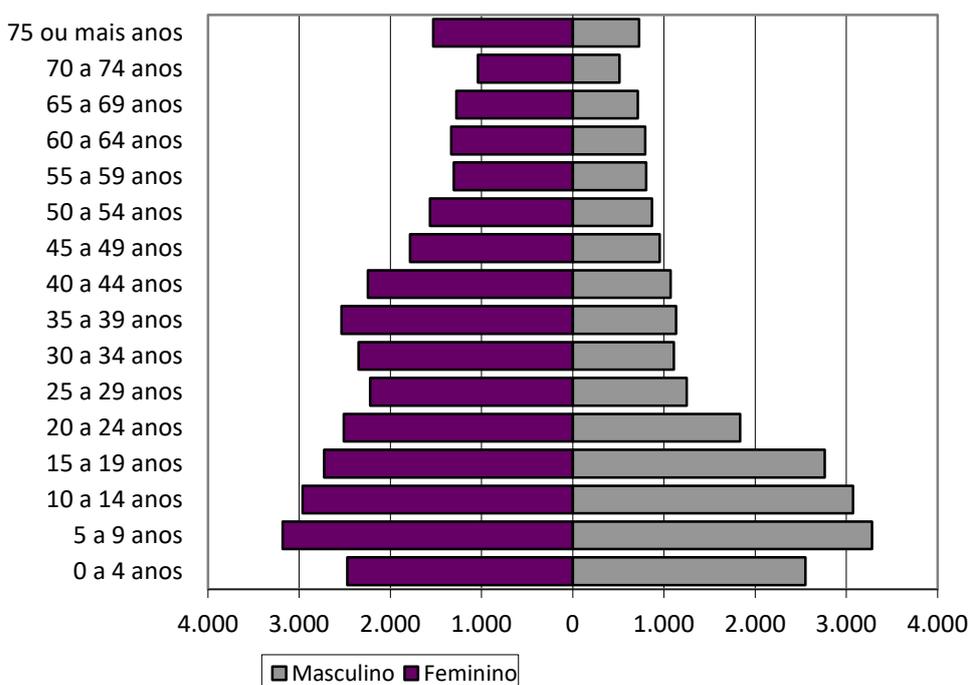
<sup>6</sup> A população estimada para o município em 2020 pelo IBGE é de 433.656 pessoas.

concentração das famílias, sendo também caracterizada pela presença de população de baixa renda, onde muitas moradias se encontram instaladas em áreas de risco. A Área Continental, por sua vez, abrange o menor volume de famílias cadastradas, sendo uma região caracterizada pela baixa presença populacional.

Segundo o diagnóstico da SEDS, as mulheres correspondem a cerca de 60% do total de pessoas cadastradas, e as crianças e adolescentes de até 14 anos de idade a quase um terço do total de cadastrados (31%). No caso da Zona Noroeste, Morros, Área Continental e Centro a presença de crianças e adolescentes de até 15 anos de idade representa mais de 30% da população cadastrada.

No outro polo da pirâmide, estão os idosos de 60 ou mais anos de idade, que correspondem a 14% do total de pessoas cadastradas. A maior porção de idosos cadastrados em relação ao total de pessoas cadastradas na região é verificada na Orla, onde a presença de idosos é superior a um terço.

Figura 28 - Pirâmide etária da população cadastrada no Cadastro Único de Santos, por faixa etária quinquenal



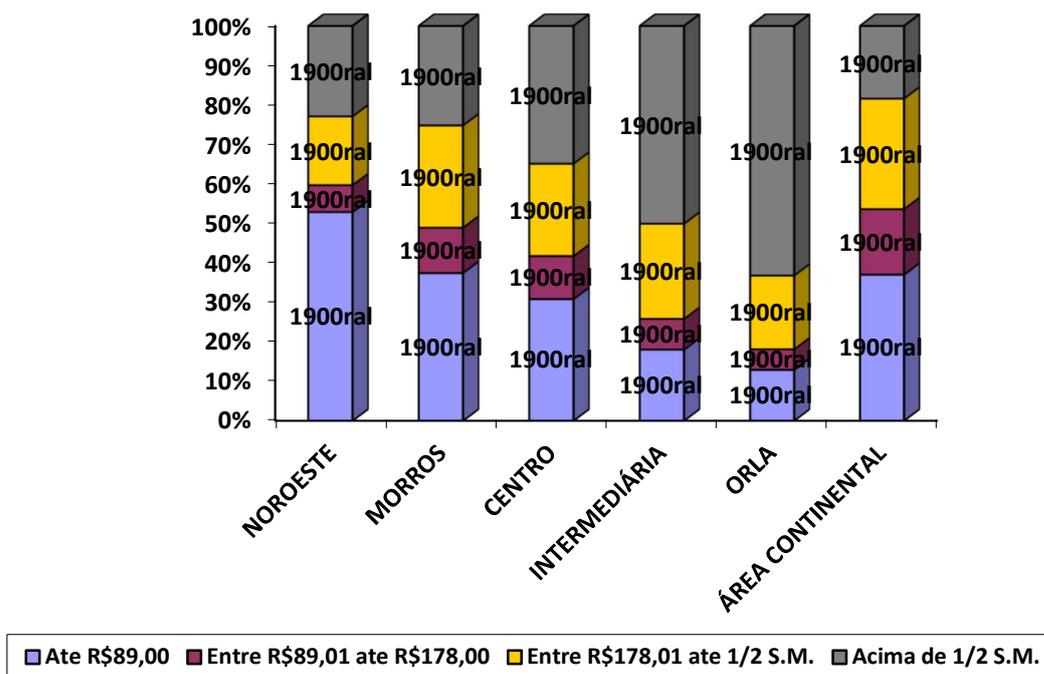
Fonte: CECAD/MDS - dados referentes a janeiro de 2020. Elaboração: SEDS.

No que se refere à cor, a presença de negros – composta por pretos e pardos – é majoritária, correspondendo a mais da metade das pessoas cadastradas, sendo que 46,7% eram pardos e 8,4% eram pretos, totalizando 55,1%. As pessoas brancas representavam cerca de 44,5% do total.

Mais de 68% da população cadastrada não possuía trabalho e, entre aquelas que estavam trabalhando ou afastadas do trabalho na semana anterior ao cadastro, mais da metade indicou trabalhar por conta própria, revelando vínculos fragilizados de trabalho.

Quanto à renda, quase metade das famílias cadastradas estavam em situação de extrema pobreza ou pobreza, 40% delas com renda familiar por pessoa de até R\$ 89,00. A maior incidência de vulnerabilidade econômica e de extrema pobreza se concentra na Zona Noroeste, correspondendo a 60% do total de famílias cadastradas, seguida da área Continental, Morros e Centro. Na região da Orla e Intermediária estão as menores incidências.

Figura 29 - Famílias cadastradas no Cadastro Único de Santos, por faixa de renda familiar mensal per capita, segundo a região de moradia



Fonte: CECAD/MDS - dados referentes a janeiro de 2020. Elaboração SEDS.

## Caracterização Econômica

No ranking de cidades brasileiras, Santos está entre as 40 mais ricas. Dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o Município é o 36º mais rico do País, com Produto Interno Bruto de R\$ 22,476 bilhões em 2018. Conforme o IBGE, o PIB per capita do município para o ano base de 2018 correspondia a R\$ 51.915.

Já o PIB per capita anual é de R\$ 51.915,03, conforme dados de 2018 do IBGE. Prestação de serviços em geral têm importante peso nesses números, mas o porto como principal canal de entrada e saída de cargas do Brasil é o maior gerador de receita e renda.

Há que se observar as várias dimensões e aspectos que, necessariamente, deve-se levar em conta para a análise das questões relacionadas à renda e ao rendimento em Santos. Com efeito, várias são as abordagens da produção da renda e sua distribuição.

O PIB municipal, por exemplo, situa Santos entre as cidades mais ricas do país. Com R\$ 22.476.976.430 em 2018, o PIB de Santos tem uma dinâmica muito estreitamente ligada à economia nacional, por ter na atividade portuária um decisivo componente, e à estadual, por conta da condição do município de estância turística. Soma-se a este contexto o fato de que o carro-chefe da economia de Santos reside no setor de Serviços (que responde por 79,4% da composição do PIB), tendo no poder de compra daqueles que vêm ao município para o turismo um fator também decisivo.

Nesse sentido, a análise dos fatores de determinação da projeção do PIB do Estado de São Paulo para 2021, feita pela SEADE e publicada em abril do corrente no Boletim SEADE PIB Projeções, permanece válida e subsidia as análises da evolução do PIB em nosso município.

No Estado de São Paulo o PIB para fevereiro de 2021 apresentou uma trajetória de expansão, considerando tanto o comparativo com o mês anterior, da ordem de 0,9%, quanto em termos anuais, da ordem de 4,6%, quando comparado com o índice de fevereiro de 2020. Na evolução entre janeiro e fevereiro de 2021, o PIB no Estado foi puxado pelo setor de Serviços, com expansão de 0,9%, enquanto a Indústria e o setor de Agropecuária apresentaram evolução negativa de -0,8% e -4,7%, respectivamente. No período entre fevereiro de 2020 e fevereiro de 2021, o crescimento do setor Agropecuário também foi negativo (-13,4%), mas o setor Industrial teve evolução positiva no Estado da ordem de 7,4%, e o de Serviços com evolução de 4,8%.

Entre os principais fatores que, de acordo com a SEADE, podem influenciar o crescimento da economia paulista em 2021, destaca-se:

- os riscos de um quadro inflacionário acima do esperado cresceram diante das pressões advindas da combinação de alta dos preços das commodities com uma potencial desvalorização do real, fatores que poderão resultar num ciclo de elevação da Selic mais forte e longo do que o previsto pelo mercado;
- o atraso na liberação do auxílio emergencial em 2021 e a deterioração do mercado de trabalho, que, segundo a PNAD Contínua, terminou o ano passado em São Paulo com elevado nível de desemprego (14,6%) e queda de 12,5% na massa de renda real efetiva, prejudicam a percepção dos consumidores sobre a sua capacidade de gasto e podem impor restrições ao desempenho do consumo no Estado.

As projeções do PIB feitas pelo IBGE e SEADE alcançam apenas a esfera dos Estados, não existindo projeção do PIB para os municípios. Contudo, é possível supor, com base nos fatores destacados da publicação do SEADE para a projeção do PIB para o Estado de São Paulo, que a evolução do PIB de Santos entre 2018 e 2021, embora provavelmente tenha uma evolução positiva, graças à dinâmica do setor de Serviços,

poderá sofrer restrições à sua expansão, em função da alta de preços das *commodities* e eventual retração no comércio e na queda do poder de compra, decorrentes da inflação e do aumento de desemprego no período.

O orçamento municipal gira em torno de R\$ 3,1 bilhões em 2020, de acordo com estimativa da Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN). Em 2019, foram abertas 5.802 novas empresas, totalizando 42.566 na cidade. Desse número, 2.966 correspondem a microempreendedores individuais (MEIs) abertos no mesmo ano, chegando ao total de 9.684 MEIs.

Embora venha sendo reduzida a participação populacional de Santos com relação à RMBS, o município mantém grande relevância econômica regional, considerando que 35% do Valor Adicionado da RMBS ainda provêm do município de Santos. O domínio das atividades relacionadas ao comércio e serviços na economia de Santos, compreendida no contexto da Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS estabelece um diferencial da economia da região em relação às demais da macrorregião do entorno da capital paulista.

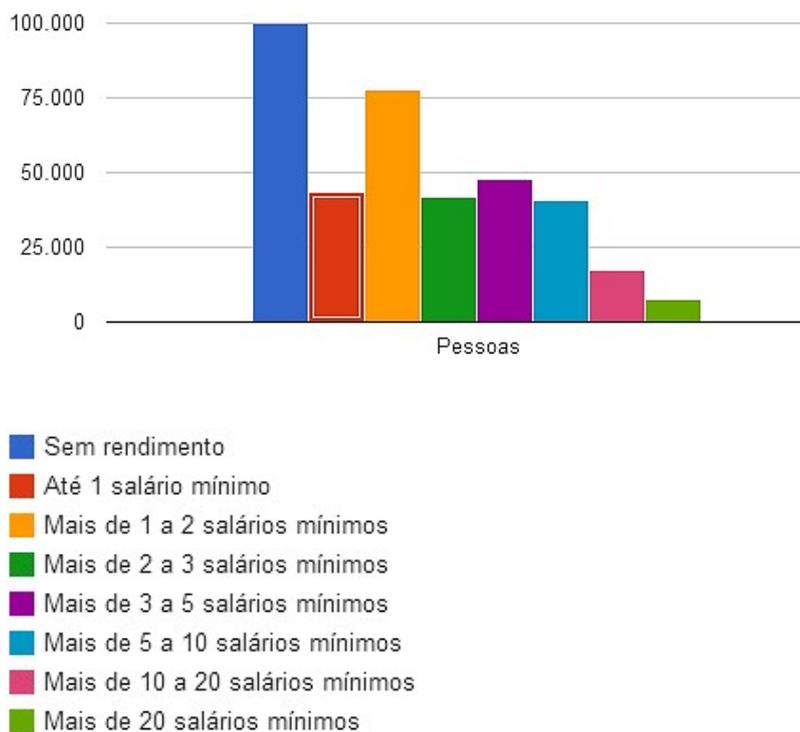
Na comparação com outras regiões do Estado de São Paulo, Santos apresenta padrões socioeconômicos que levam a cidade a ocupar uma posição de destaque. A exemplo da taxa de crescimento demográfico, que é baixa e semelhante à dos países desenvolvidos, além de apresentar taxas de mortalidade geral em queda, reflexo das condições de infraestrutura do município, onde os serviços de água, esgoto e energia elétrica abrangem praticamente toda a cidade.

## **Renda e emprego**

Como o último Censo realizado foi em 2010, os dados de rendimento domiciliar per capita apresentado no diagnóstico realizado para a revisão do Plano Diretor vigente permanecem os mesmos.

Em Santos, 90,7% da população estava acima da linha da pobreza, de acordo com o Censo de 2010. O rendimento domiciliar per capita em 2010 era de R\$ 1.682,00, onde 6,6% dos domicílios concentravam rendimentos de até meio salário mínimo per capita. A maior parte dos domicílios (58,9%) se encontrava na faixa intermediária de rendimentos, de meio a três salários mínimos per capita.

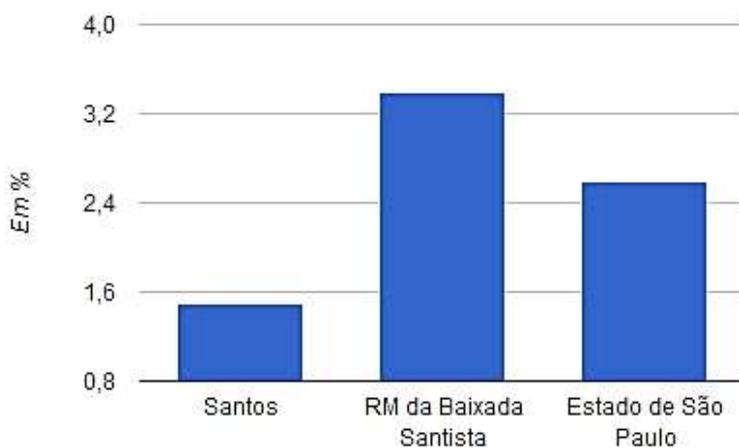
Figura 30 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010. Fundação SEADE.

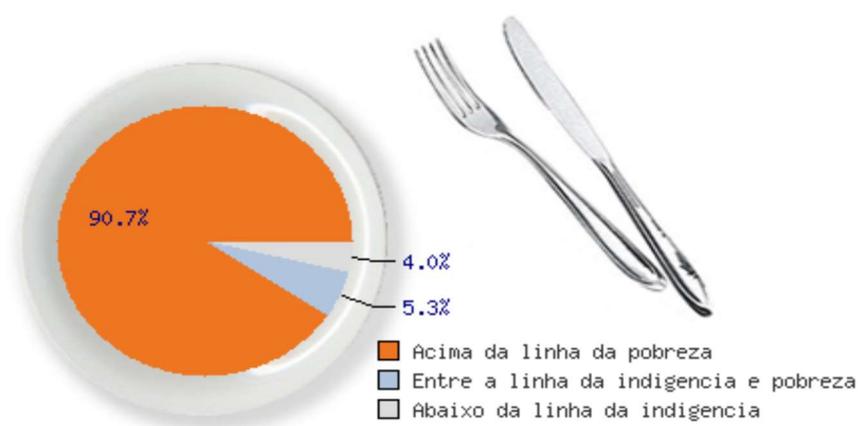
Por sua vez, 16,1% dos domicílios possuíam renda domiciliar *per capita* superior a cinco salários mínimos, equivalendo a 23.286 domicílios. Em contrapartida, 1,5% dos habitantes vivem em situação de extrema pobreza, equivalendo a 6.245 pessoas.

Figura 31 - População em situação de Extrema Pobreza



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 (resultados preliminares). Fundação SEADE.

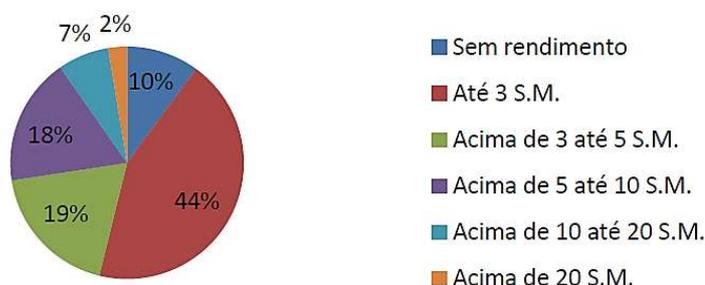
Figura 32 - Proporção de moradores abaixo da linha da pobreza e indigência Santos



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010 e Portal ODM.

De acordo com os dados de 2010, o município era o único do litoral que possuía menos de 50% dos responsáveis com menos de 3 salários mínimos – s.m<sup>7</sup>, embora o contingente de 44% dos responsáveis por domicílio que se encontram nessa condição seja bastante expressivo, conforme ilustra a Figura 33. Quando se soma os 10% de responsáveis por domicílio que não tem nenhuma renda, configura-se uma situação que exige políticas públicas que a superem.

Figura 33 - Santos: Rendimento Nominal Mensal dos Responsáveis por Domicílios



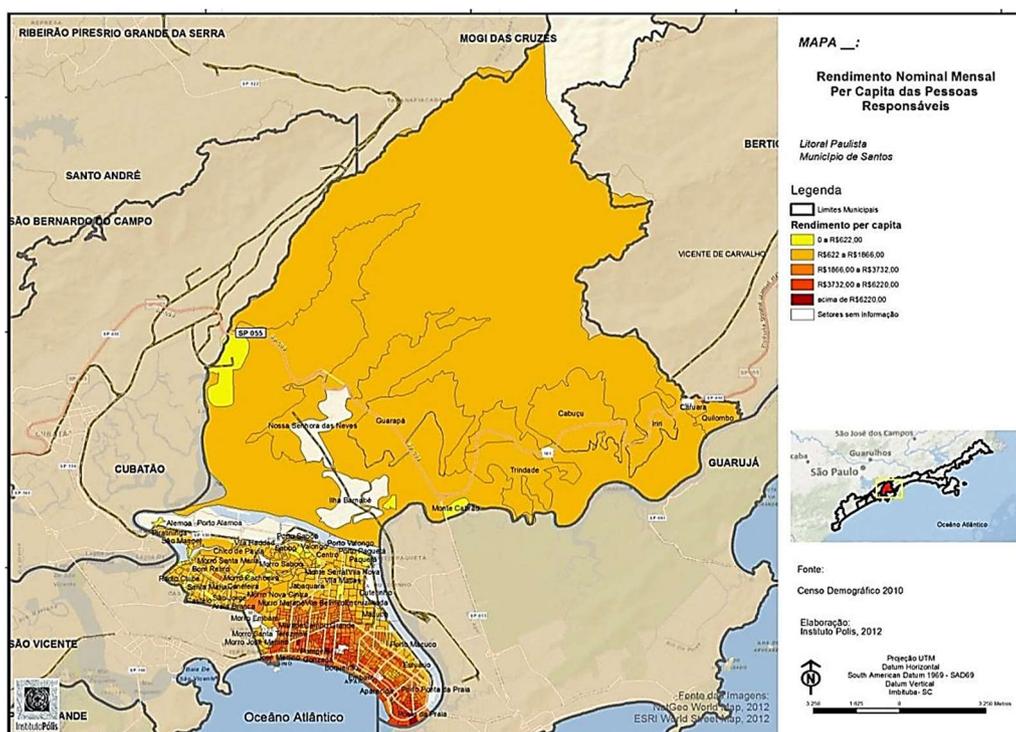
Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010. Elaboração: Instituto Pólis.

O rendimento *per capita* é expressivo na região da Orla, como apresenta a Figura 34. Nestes bairros, o rendimento variava em 2010 entre R\$1.866,00 a R\$6.222,00, com pequenos focos com valores acima dos R\$6.222,00, como por exemplo nos bairros Gonzaga, Ponta da Praia e Boqueirão. No restante do município, a faixa recorrente está entre R\$622,00 e R\$1.866,00, com setores com rendimento *per capita* entre R\$ 0 e R\$622,00, como Monte Cabrão, Paquetá e Rádio Clube.

<sup>7</sup> Excluindo a faixa dos sem rendimento.

Percebe-se que há uma distribuição da renda com marcantes diferenças entre as diferentes áreas do município, situação que oferece a oportunidade de políticas públicas e investimentos privados que apontem para a dinamização da atividade econômica mais desconcentrada, permitindo que os territórios que apresentam um contingente maior de responsáveis por domicílios com rendimentos mais baixos, tenham acesso às praças nas quais a dinâmica da economia se beneficia do rendimento mais alto e da circulação maior de capital.

Figura 34 - Santos: Espacialização da renda média dos responsáveis



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010. Elaboração: Instituto Pólis.

De acordo com levantamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Santos possuía em 2019 um total de 178.529 trabalhadores com carteira assinada, com uma média salarial por trabalhador de R\$ 2.903,14, ocupando a 10ª posição no ranking de empregos do Estado de São Paulo e o primeiro lugar na RMBS, sendo responsável por 56,72% do total de empregos da região.

Figura 35 – Ranking municipal de empregos da RMBS

Ranking	Município	Número de Empregados	Massa Salarial	Remuneração média por trabalhador
10º	SANTOS	178.529	518.295.221,00	2.903,14
36º	PRAIA GRANDE	52.874	134.218.038,00	2.538,45
58º	SAO VICENTE	35.824	87.382.022,00	2.439,20
117º	ITANHAEM	15.218	33.728.579,00	2.216,36
154º	PERUIBE	9.792	21.310.871,00	2.176,36
200º	MONGAGUA	6.669	16.492.628,00	2.473,03

RAIS - Ministério do Trabalho - 2019

Fonte: FIESP, a partir dos dados da RAIS 2019.

Embora todos os setores apresentem altas taxas de rotatividade, o volume de trabalhadores absorvidos pelo setor de Serviços o torna carro-chefe da economia do município. O setor de Serviços, ao lado do Comércio, é responsável pela maior absorção da força de trabalho.

O setor de Serviços e Administração Pública foi responsável por 73,67% dos empregos gerados em 2019 no município, onde as atividades dos Transportes, Administração pública e Saúde humana ocupam as 3 primeiras posições no total de empregos gerados no setor, e a 2º, 3º e 4º posições no total de empregos no ano (Figura 37).

Figura 36 – Quantidade de empregos por setor no município de Santos - 2019

Setor	Quantidade	%
+ SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	131.520	73,67
+ COMÉRCIO	30.118	16,87
+ INDÚSTRIA	9.375	5,25
+ CONSTRUÇÃO CIVIL	7.206	4,04
+ AGROPECUÁRIA, EXTR VEGETAL, CAÇA E PESCA	310	0,17
Total	178.529	

RAIS - 2019

Fonte: FIESP, a partir dos dados da RAIS 2019.

O setor de Comércio representou 16,87% do total de empregos gerados em 2019, mas no ramo varejista se verifica a maior quantidade de novos empregos, com 23.619 postos, embora com remuneração média por trabalhador menor que aquela verificada nos Transportes, Administração Pública e Saúde Humana, que ocupam as outras posições mais elevadas no ranking.

Figura 37 – Ranking setorial de empregos no município de Santos – 2019

Ranking	Setor	Número de Empregados	Massa Salarial	Remuneração média por trabalhador
1º	VAREJISTA	23.619	43.708.512,00	1.850,57
2º	ATIVIDADES DOS TRANSPORTES	18.731	82.108.572,00	4.383,57
3º	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	14.379	69.154.434,00	4.809,40
4º	SAÚDE HUMANA	13.631	37.323.355,00	2.738,12
5º	SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS	11.425	21.999.435,00	1.925,55
6º	EDUCAÇÃO	11.386	32.450.923,00	2.850,07
7º	TRANSPORTE TERRESTRE	10.349	29.457.585,00	2.846,42
8º	ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS	9.714	23.058.135,00	2.373,70
9º	ALIMENTOS	8.531	14.224.656,00	1.667,41
10º	SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO	6.085	8.685.477,00	1.427,36

Fonte: FIESP, a partir dos dados da RAIS 2019.

Após saldo positivo<sup>8</sup> de 1675 postos em 2018, os anos de 2019 e 2020 apresentaram saldos negativos de -93 e -5275, respectivamente. A queda no número de empregos sobretudo em 2020 possui relação com a crise econômica ocasionada pela pandemia, que demandou redução e/ou paralisação da atividade econômica de diversos

<sup>8</sup> O saldo final é a diferença entre o total de admitidos e desligados no período.

setores durante parte do ano, como forma de conter a propagação do vírus Covid-19. No entanto, a economia do país já vinha em queda há alguns anos.

Figura 38 – Desempenho do emprego no município de Santos

	Período	Admitidos	Desligados	Saldo	Saldo Total		
2021	03/2021	4.479	3.856	623	1.765		
	02/2021	4.381	3.625	756			
	01/2021	4.076	3.690	386			
2020	12/2020	3.815	3.798	17	-5.275		
	11/2020	3.940	3.117	823			
	10/2020	3.609	3.511	98			
	09/2020	3.256	3.117	139			
	08/2020	2.870	2.885	-15			
	07/2020	2.665	3.303	-638			
	06/2020	2.243	2.982	-739			
	05/2020	1.778	3.104	-1.326			
	04/2020	1.639	4.160	-2.521			
	03/2020	3.507	4.620	-1.113			
	2019	12/2019	3.360	4.077		-717	-93
		11/2019	4.730	3.617		1.113	
10/2019		3.983	4.258	-275			
09/2019		3.724	3.720	4			
08/2019		4.311	3.946	365			
07/2019		4.007	3.919	88			
06/2019		4.285	4.088	197			
05/2019		4.245	4.793	-548			
04/2019		4.496	4.691	-195			
03/2019		3.816	4.044	-228			
02/2019		4.367	3.902	465			
01/2019		3.846	4.208	-362			
				Total:	-3.603		

Caged - Ministério do Trabalho - de 01/2019 até 08/2021

Fonte: FIESP, a partir dos dados do Caged.

O saldo total de empregos por ano no município demonstra que desde 2012 o número de empregos com carteira assinada no município tem apresentado queda, passando a ser negativo a partir de 2014, situação que se manteve até 2020, com exceção do ano de 2018. O saldo de empregos até março de 2021 se mantém positivo, de acordo com os dados do Caged.

Figura 39- Saldo total de empregos no município - 2010 - 2021



Fonte: FIESP, a partir dos dados do Caged. Elaboração: COPOLUR, SEDURB, 2021.

No último período, entre o início de 2020 e meados do corrente ano de 2021, combina-se o aumento do desemprego, conforme registro do CAGED, com a volta da inflação, configurando uma situação de dificuldades aumentadas para os setores que ao longo de décadas já acumulam vulnerabilidades.

Com efeito, os segmentos da população que residem nos bairros localizados na maior porção do território (que não na Orla) e possuem um rendimento que não vai além dos 3 s.m., que convivem eventualmente com o desemprego, e com uma média de 2 filhos por domicílio<sup>9</sup>, não têm as mesmas condições e/ou oportunidades que outros segmentos possuem de mobilidade social, questão que deve ser levada em consideração na definição das políticas públicas.

Os dados socioeconômicos do município demonstram que este possui índices elevados, embora haja diferenças entre as condições das áreas do município, característica que deve ser considerada em todas as ações e políticas do município, de forma a reduzir as desigualdades sociais existentes.

Para tanto, devem ser adotadas políticas públicas que promovam e ampliem a garantia dos direitos sociais e a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, atendendo às suas necessidades básicas, garantindo o acesso e a fruição de bens e serviços socioculturais e urbanos que o Município oferece, orientando todas as políticas setoriais nesta direção e buscando a participação e inclusão de todos os segmentos sociais, sem qualquer tipo de discriminação, conforme previsto no Plano Diretor.

---

<sup>9</sup> Conforme média estabelecida pelo IBGE para as áreas de aglomerados subnormais.